

TRANSFOBIA E DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: ABJEÇÃO E VIOLENCIA SIMBÓLICA CONTRA FEMINILIDADES TRANS NO INSTAGRAM

**TRANSPHOBIA AND HATE SPEECH ON SOCIAL MEDIA: ABJECTION AND
SYMBOLIC VIOLENCE AGAINST TRANS FEMININITIES ON INSTAGRAM**

Iasminny Loiola Teixeira

Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

Mestra em Psicologia (UNIFOR), Especialista em Psicologia Aplicada à Educação, (URCA),

Graduada em Psicologia (UNILEÃO). Professora da Universidade Maurício de Nassau

(UNINASSAU), Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Sexualidade e Psicologia
(LABGESP).

Keila Andrade Haiashida

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Doutora em Geografia (UECE), Mestra em Educação (UFC), Graduada em Pedagogia (UFC),
Graduanda em Psicologia (UNINASSAU). Professora Adjunta da UECE e Professora Permanente do

Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEN-UECE) e do Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGHIL-UECE), colaboradora no Laboratório de
Estudos de Gênero, Sexualidade e Psicologia (LABGESP).

RESUMO

Este artigo analisa as manifestações de transfobia, discursos de ódio e processos de abjeção direcionados às feminilidades trans no Instagram, considerando a centralidade das redes sociais na produção contemporânea de subjetividades, vínculos e disputas simbólicas. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na psicanálise, nos estudos de gênero e na análise do discurso, investigam-se publicações, comentários e interações circulantes na plataforma que expressam práticas cissexistas, moralizantes e violentas. A pesquisa parte do entendimento de que o Instagram, embora seja um espaço de visibilidade e resistência, também funciona como arena de exclusão e de reprodução de violências estruturais, onde o ódio se potencializa pela lógica algorítmica e pela sensação de anonimato que favorece a impunidade. O estudo mobiliza conceitos como abjeção (Kristeva), violência simbólica (Bourdieu), performatividade de gênero (Butler) e segregação (Lacan, Soler, Benslama) para interpretar a forma como identidades trans são marcadas pela rejeição social, pela patologização e pela negação de existência. Os resultados dialogam com pesquisas nacionais que evidenciam a alta incidência de ataques transfóbicos, destacando que tais discursos se articulam a um contexto político e cultural de crescente polarização, moralismo religioso e amplificação de desinformações. Dados recentes indicam que pessoas trans, especialmente mulheres trans e travestis negras, enfrentam taxas alarmantes de violência física, simbólica e digital — realidade agravada pelo uso de narrativas cissexistas que buscam reafirmar o binarismo de gênero e justificar a exclusão. O corpus analisado evidencia três movimentos principais: (1) a circulação coletiva de discursos transfóbicos, impulsionados pela repetição algorítmica, que consolidam comunidades de ódio; (2) o aumento de ataques após a ascensão de discursos políticos reacionários, especialmente a partir de 2018; e (3) a mudança na paisagem discursiva após a aplicação do Marco Civil da Internet e da Lei do Racismo, que resultou na remoção de conteúdos transfóbicos durante o período eleitoral de 2022, embora sem eliminar as práticas de violência simbólica. Observa-se, ainda, que a lógica da abjeção atua na tentativa de expulsar as feminilidades trans do espaço social, reduzindo suas possibilidades de reconhecimento, acesso a direitos e participação

cidadã. Conclui-se que a transfobia digital não apenas reflete, mas intensifica desigualdades estruturais, sustentando processos psíquicos e sociais de exclusão que impactam a vida cotidiana, as trajetórias acadêmicas, profissionais e afetivas das pessoas trans. Entretanto, também emergem formas de resistência e contra-discurso, produzidas por sujeitos e coletivos trans que utilizam o Instagram para disputar narrativas, afirmar identidades e reivindicar cidadania. O estudo contribui para a compreensão crítica da violência simbólica nas redes e reforça a importância de políticas públicas, práticas educativas e estratégias de acolhimento que enfrentem a transfobia em suas dimensões discursivas, institucionais e subjetivas.

Palavras-chave: Transfobia. Discursos de Ódio. Abjeção. Cissexismo. Instagram.

ABSTRACT

This article examines manifestations of transphobia, hate speech, and processes of abjection directed at trans femininities on Instagram, considering the central role of social networks in the contemporary production of subjectivities, social bonds, and symbolic disputes. Based on a qualitative approach grounded in psychoanalysis, gender studies, and discourse analysis, the study investigates posts, comments, and interactions circulating on the platform that express cisexist, moralizing, and violent practices. The research assumes that Instagram—while functioning as a space for visibility and resistance—is also an arena of exclusion and a site for reproducing structural violence, where hatred is amplified by algorithmic logic and by the sense of anonymity that fosters impunity. The study mobilizes concepts such as abjection (Kristeva), symbolic violence (Bourdieu), gender performativity (Butler), and segregation (Lacan, Soler, Benslama) to interpret how trans identities are marked by social rejection, pathologization, and the denial of existence. The results dialogue with national data showing a high incidence of transphobic attacks, emphasizing that such discourses are intertwined with a broader political and cultural context of increasing polarization, religious moralism, and the spread of misinformation. Recent findings indicate that trans people—especially Black trans women and travestis—face alarming rates of physical, symbolic, and digital violence, a reality intensified by cisexist narratives that attempt to reaffirm gender binarism and justify social exclusion. The analyzed corpus reveals three major dynamics: (1) the collective circulation of transphobic discourses, reinforced through algorithmic repetition, which consolidates communities organized around hatred; (2) the intensification of attacks following the rise of reactionary political discourses, particularly after 2018; and (3) changes in the digital landscape after the enforcement of the Brazilian Internet Bill of Rights (Marco Civil da Internet) and the Anti-Racism Law, which led to the removal of transphobic content during the 2022 electoral period—although such measures did not eliminate symbolic violence itself. The findings also show that the logic of abjection attempts to expel trans femininities from the social sphere, restricting their possibilities for recognition, access to rights, and participation in public life. The study concludes that digital transphobia not only reflects but intensifies structural inequalities, sustaining social and psychic processes of exclusion that shape the everyday lives, academic trajectories, professional opportunities, and affective experiences of trans individuals. Nevertheless, forms of resistance and counter-discourse also emerge, produced by trans people and collectives who use Instagram to assert their identities and dispute dominant narratives. This investigation contributes to a critical understanding of symbolic violence on social networks and reinforces the need for public policies, educational practices, and support strategies capable of addressing transphobia in its discursive, institutional, and subjective dimensions.

Keywords: Transphobia. Hate Speech. Abjection. Cissexism. Instagram.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa revela significativa relevância acadêmica e social, uma vez que investiga as manifestações transfóbicas presentes no Instagram, espaço digital que ocupa papel central na sociabilidade contemporânea. Ao analisar os discursos de ódio e abjeção direcionados às feminilidades trans, o estudo contribui para a compreensão de como as redes sociais, além de ambientes de visibilidade e resistência, podem se tornar também arenas de exclusão, violência simbólica e reprodução de práticas cissexistas. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com os campos dos estudos de gênero, da comunicação e da psicanálise, ao mesmo tempo em que fornece subsídios para políticas públicas de enfrentamento à transfobia e para a construção de estratégias de acolhimento e empoderamento da população trans. Assim, este trabalho não apenas amplia o debate acadêmico sobre violência de gênero e direitos humanos, como também fortalece a luta pela garantia de cidadania e dignidade das pessoas trans no Brasil.

As feminilidades trans referem-se às experiências de gênero vividas por pessoas transexuais e travestis que se identificam, constroem e performam o feminino em seus corpos, subjetividades e práticas sociais. Trata-se de um conceito que ultrapassa a lógica biologizante e normativa, reconhecendo que o gênero é resultado de processos históricos, culturais e discursivos (Butler, 2003). Nesse sentido, as feminilidades trans desafiam os modelos hegemônicos de gênero, ao mesmo tempo em que produzem novas formas de existência e resistência, frequentemente atravessadas por estigmas, exclusão e violência simbólica, mas também por agenciamentos políticos e culturais que afirmam sua legitimidade.

A monografia de Vatiero e Carvalho (2023) evidencia dados importantes sobre transfobia: 665 ataques transfóbicos foram registrados no Twitter entre agosto e novembro de 2022. Esses ataques foram cometidos por 591 usuários. No que se refere ao perfil das vítimas a Deputada Duda Salabert (PDT-MG): recebeu 457 ataques (68,72%) e a Deputada Erika Hilton (PSOL-SP): recebeu 178 ataques (26,76%). O texto detalha que 35,06% dos ataques foram questionamentos da identidade de gênero, 24,57% uso de linguagem em desacordo com o gênero, 17,69% adjetivação acompanhada de transfobia, 10,59% discurso biologizante (“biologicamente homem”) entre outros.

Destaca-se também a pesquisa “Explana 2.0”, desenvolvida em parceria entre o Data_labe e o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, que teve como objetivo mapear e compreender as dinâmicas de circulação de discursos discriminatórios nas redes, identificar seus emissores e avaliar os impactos sobre a vida de pessoas LGBTI+ em diferentes

territórios do estado do Rio de Janeiro. Dentre os dados coletados destacamos as menções as plataformas digitais:

[...] as plataformas mais mencionadas como vetores de disseminação foram Facebook e Instagram, seguidas por WhatsApp, Twitter/X e YouTube. Os espaços de circulação incluem tantos grupos abertos, formados majoritariamente por pessoas desconhecidas (mais de 50%), quanto grupos familiares (26,7%). Outro dado relevante é que 78,5% das pessoas entrevistadas afirmaram que, na maioria dos casos, não há qualquer tipo de sanção contra os responsáveis por publicações ofensivas. A remoção de conteúdos ou a suspensão de perfis, quando ocorrem, são situações pontuais e pouco frequentes (Intervozes, 2025, s.p).

Apesar de avanços legais e sociais em relação aos direitos da população LGBTQIAPN+, os discursos de ódio direcionados a pessoas transgênero ainda se mantêm fortemente presentes no ambiente digital. O Instagram, como espaço de visibilidade e expressão, tornou-se também um campo de disseminação de práticas transfóbicas, marcadas pela abjeção, exclusão e violência simbólica. Esse cenário gera impactos sociais, emocionais e identitários nas pessoas trans, perpetuando a marginalização e reforçando a lógica cissexista. Desse modo a problemática central do trabalho foi: de que forma os discursos transfóbicos no Instagram reverberam na vida social, simbólica e subjetiva das mulheres trans e travestis?

Para responder a essa questão definimos como objetivo geral analisar os efeitos dos discursos de ódio e da abjeção transfóbica disseminados no Instagram sobre as feminilidades trans, compreendendo como essas manifestações reverberam na vida social, subjetiva e identitária dessa população. E como objetivos específicos: identificar os principais discursos de ódio transfóbicos presentes no Instagram, examinar como a lógica da abjeção e da segregação se manifesta nas práticas discursivas online; discutir os efeitos sociais, psicológicos e identitários da transfobia digital na vida de mulheres trans e travestis, relacionar a incidência dos discursos de ódio com o contexto político, cultural e jurídico brasileiro e refletir sobre possibilidades de resistência e enfrentamento da transfobia em ambientes virtuais.

Para isso optou-se por uma abordagem qualitativa, com análise de postagens, comentários e interações no Instagram. Foram definidos critérios de inclusão/exclusão do material empírico, tendo como perspectiva teórica a psicanálise, os estudos de gênero e a análise do discurso.

2. METODOLOGIA

De acordo com Gil (1987, p. 43) a pesquisa pode ser entendida “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é

descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos". Em relação aos procedimentos científicos nesse estudo optou-se por uma abordagem qualitativa que segundo Gerhardt e Silveira "não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc" (2009, p. 31).

Foram analisados postagens, comentários e interações no Instagram a partir de critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: *estar relacionados diretamente a pessoas trans* (travestis, mulheres e homens transexuais, não-binários), com foco em feminilidades trans; *conter manifestações explícitas ou implícitas de transfobia* (ex.: xingamentos, estigmatização, piadas pejorativas, discursos de ódio, expressões de abjeção); *estar publicados em perfis ou páginas públicas* do Instagram, acessíveis a qualquer usuário, garantindo transparência e possibilidade de análise; *estar dentro de um recorte temporal definido* (ex.: de 2020 a 2022, ou antes/depois da aplicação do Marco Civil da Internet e da Lei do Racismo) e *apresentar relevância para a análise discursiva*, ou seja, conter elementos que permitam interpretar os efeitos sociais, simbólicos e identitários da transfobia.

No que se refere-se aos critérios de exclusão evidencia-se: *não mencionem ou não se relacionem a pessoas trans* diretamente; publicações que *tragam apenas críticas ou opiniões sem caráter discriminatório*, não configurando discurso de ódio; *sejam de perfis privados ou fechados*, cuja coleta de dados possa violar a ética e a privacidade dos usuários; *contenham apenas compartilhamentos automáticos (memes, figurinhas, reposts)* sem conteúdo textual que possibilite análise discursiva e *possuam identificação direta de indivíduos sem relevância pública*, a fim de evitar exposição e violação ética de sujeitos não autorizados.

Como teoria de análise optou-se pela análise do discurso que constitui uma das principais abordagens qualitativas em Psicologia Social, voltada para compreender como os sentidos são produzidos, negociados e compartilhados nas interações sociais. Mais do que examinar apenas o conteúdo das falas, essa perspectiva busca identificar os processos discursivos que sustentam práticas sociais, revelando relações de poder, ideologias e modos de subjetivação. Assim, o discurso é entendido não como um reflexo da realidade, mas como elemento ativo na construção dela. No campo da pesquisa em Psicologia Social, a análise do discurso permite investigar como determinados temas — como identidade, preconceito e exclusão social — são articulados em diferentes contextos, oferecendo ferramentas críticas para interpretar fenômenos sociais complexos (Spink, 2005).

A psicanálise contribuiu para a compreensão da transfobia nas redes sociais ao oferecer instrumentos conceituais para analisar os processos inconscientes que sustentam o ódio e a violência simbólica contra as feminilidades trans. O conceito de abjeção, trabalhado por Julia Kristeva (1982 *apud* Butler, 2003), por exemplo, permite compreender como determinados corpos e identidades são colocados à margem da ordem simbólica, sendo percebidos como ameaçadores ou impuros. Essa dinâmica de exclusão se manifesta nos discursos transfóbicos como forma de rejeição do “outro” que perturba as normas de gênero e sexualidade. Além disso, a psicanálise, especialmente a partir de Freud (2011) e Lacan (1998), possibilita entender que o ódio projetado sobre pessoas trans não se limita a uma questão individual, mas emerge de uma defesa frente à angústia gerada pela diferença, pela não conformidade e pela quebra daquilo que é considerado “normal” na lógica binária de gênero. Nesse sentido, a análise psicanalítica ajuda a revelar como os discursos de ódio no Instagram funcionam como mecanismos de defesa coletivos, que reafirmam ideologias normativas ao mesmo tempo em que produzem violência simbólica (Bourdieu, 1989, 2002) sobre sujeitos já vulnerabilizados. Assim, a psicanálise pode fornecer uma base teórica sólida para demonstrar que a transfobia não é apenas uma prática discriminatória consciente, mas também a expressão de conflitos inconscientes que se atualizam e se intensificam no ambiente digital.

Os estudos de gênero também ofereceram bases fundamentais para analisar os discursos transfóbicos no Instagram, pois evidenciam como as normas sociais de gênero produzem exclusão e violência simbólica. Butler (2003) argumenta que o gênero é construído performativamente, a partir da repetição de práticas e discursos que instituem a norma binária, de modo que identidades trans desestabilizam essa lógica e, por isso, são alvos de abjeção e hostilidade. No contexto brasileiro, autoras como Louro (2004) e Bento (2006) contribuem para situar esses debates, revelando como o corpo trans é atravessado por processos de estigmatização histórica e cultural, mas também por práticas de resistência e reinvenção. Nesse sentido, os estudos de gênero permitem analisar como a transfobia online não é apenas expressão individual de ódio, mas um fenômeno estruturante das relações sociais, que atua na marginalização de feminilidades trans.

3. TRANSFOBIA DIGITAL, ÓDIO E ABJEÇÃO

No espaço ocupado pela diferença, existe sempre um vazio, um vácuo provocado pelo não-dito, pelo não-questionável, pelo desviante, pelo estranho. Sim, existe espaço no conjunto vazio, embora não haja elemento nele, o conjunto dos números naturais antecessores ao 0 (zero)

é considerado vazio, pois nos números naturais não existe antecessor de zero. Tal analogia levam-nos a crer que há espaço para o diferente, e ele não está na diferença, ele está no conjunto vazio. Eis aqui a evidência de que em diversos âmbitos sociais, as pessoas trans, os trans-viados, os transformados ocupam a impossibilidade de ‘ser’ e de existir de forma digna e igualitária.

Quem aqui já chamou uma trans para tomar café na sua casa? Quem aqui já se propôs a ajudar uma trans a encontrar o emprego dos seus sonhos ou a cursar a graduação desejada? Não estamos falando sobre direitos e/ou deveres, já não é mais sobre isso, é sobre o campo estrutural e engessado da violência. Estamos apenas audaciosamente provocando algumas reflexões que têm cada vez mais “engordado” o espaço da diferença, e que cada vez mais tem se tornado visível nos discursos de ódio e no fenômeno da abjeção, no contexto da transfobia, que há bom tempo bem sendo massificada nas redes sociais, mais especificamente no Instagram, aumentando a incidência de ódio, exclusão e discriminação com essa população (Junqueira, 2019).

Esta discriminação e externalidade expressadas através do ódio, pode ser compreendida também a partir do fenômeno da abjeção, como sendo um processo de estranhamento e transitoriedade em relação ao diferente, ao excrementado, ao marginalizado e excluído. O sujeito abjeto é aquele que é repudiado, é o transgressor de fronteiras corporais, psíquicas, morais, linguísticas e políticas (Lechte, 1990).

Nas redes sociais, em eloquência no Instagram, esse corpo abjetificado não é visto como bem-vindo e sofre violências através de palavras agressivas, verbalizações que denigrem a imagem das trans, quando não são vítimas do ódio e de crimes como genocídios ou sofrem agressões físicas e têm suas vidas expostas nas mídias (Junqueira, 2012). Essas experiências acabam por limitar suas trajetórias acadêmicas, profissionais e reduzem ainda mais seus espaços na sociedade (Carvalho, 2018). Em decorrência disso, a prostituição acaba sendo a única realidade que essa população encontra para sobreviver, principalmente no que diz respeito às mulheres trans.

Mulheres e homens transexuais são vítimas de internautas que escondem seu preconceito, seu ódio e sua transfobia atrás de uma tela, no universo virtual. Os discursos de ódio que, por sua vez, designam o incitamento ou encorajamento ao ódio, à discriminação ou à hostilização de um indivíduo, motivado por um preconceito contra essa pessoa baseado numa característica dela (por exemplo, a sua orientação sexual ou a sua identidade de gênero) têm sido proferidos de forma corrosiva, ofensiva e violenta, nas redes sociais, muitas vezes

reverberando em crimes de ódio, ou seja, em violência física ou verbal a um indivíduo motivada por um preconceito contra essa pessoa (Jesus, 2014).

Tendo em vista esse cenário criminoso de ódio, preconceitos, abjeção e violência, alguns questionamentos são cabíveis: porque a população trans é violentada com frequência? Porque os agressores procuram as redes sociais para manifestar ódio e abjeção com destino aos corpos trans? Ainda nessa perspectiva, quando nos deparamos com crimes de ódio tão brutais, incitados pela transfobia e discursos de ódio que vem sendo largamente publicados nas mídias sociais, parecem apontar que violar de alguma forma as trans não parece ser suficiente, até a morte por si só parece não dar conta do ódio que essas pessoas emanam para essa comunidade, assim pode-se perguntar: o que está tentando ser eliminado durante as incessantes violências diante de um corpo que já é destituído de vida?

Esta mídia social, até meados de 2021 era recheada de discursos de ódio e transfóbicos destinados aos corpos trans. Tal fenômeno era expresso não só nas redes sociais, mas também nas mídias televisionadas. Porém, em meados de 2022, ano eleitoral, os discursos começaram a ser apagados após a incisão e o corte advindo do decreto ancorado na Lei n. 12.965 (Marco Civil da Internet), através da qual instâncias federais do poder brasileiro alegaram que todo e qualquer discurso transfóbico e/ou de ódio ou que ferisse a imagem de alguém, LGBT+ ou não, precisava ser apagado. Nesse momento, uma das autoras desenvolvia uma pesquisa sobre os discursos de ódio direcionados as trans, no Instagram, no cenário da Transfobia, assim, foram colhidos alguns discursos que restaram, através de imagens de textos e vídeos postados no Instagram.

A intenção foi apresentar e discutir o fenômeno transfóbico em seus vários aspectos; identificar os efeitos das manifestações de ódio e abjeção nos discursos transfóbicos presentes na rede social Instagram e compreender como os efeitos das manifestações discursivas de ódio e abjeção praticadas no Instagram, reverberam na vida das pessoas trans, através do material empírico da pesquisa, que foram as publicações de usuários trans do Instagram que se adequaram aos critérios de inclusão do estudo.

As pessoas trans, cotidianamente, são vítimas de preconceitos e discriminações em virtude da forma como expressam o seu gênero e seus comportamentos no âmbito social. Esses preconceitos e atos discriminatórios são oriundos de uma concepção cultural e histórica, de que a transexualidade não diz respeito à condição natural humana. Tal visão, atribui um caráter patológico à transexualidade, enxergando-a como uma espécie de transtorno mental, resultando

em um processo de estigmatização e exclusão mediante à dita fuga dos “padrões sociais” pré-estabelecidos pelo sistema normativo (Podestá, 2019).

Investigar o fenômeno da transfobia é também visualizar que todo e qualquer comportamento transfóbico está associado ao medo, intolerância, podendo ser reverberado em agressões físicas, verbais ou psicológicas manifestadas com o intuito de coibir a expressão de gênero de transexuais e travestis, desencadeando, a exemplo, ações como crimes de ódio que, por sua vez, configura-se como sendo diferente de crimes comuns ou passionais, significando uma violência fatal contra minorias sexuais e de gênero, evidenciando a sua materialização, em primazia, contra os corpos trans (Acker, 2017).

A transfobia assola a vida e diminui sua qualidade em diversas matrizes do viver trans, seja familiar, social, educacional, clínico, religioso, entre outras. É como se a todo momento o trans tivesse que lidar com o fantasma de ser quem o outro deseja que ele seja, que pode ser, muitas vezes, tudo ou não-todo, menos o que ele é menos ainda da forma como ele se representa. Esses corpos são convidados, frequentemente, para se enquadrarem nos modelos sexuais hegemônicos ou é jogado à margem da sociedade e mesmo se enquadrando ainda assim é excluído. Toda essa agressividade que é configurada a partir da recusa a história, cultura, existência e a forma como as trans constroem sua identidade, trata-se de transfobia (Franco; Cicillini, 2015).

Transfobia remete a processos violentos em níveis massificados, não apenas atribui-se a comportamentos de uma coletividade para com um indivíduo, remete-se também a outros receios vivenciados pela própria pessoa que afirma ser trans, como o medo de cruzar [a barreira de gênero], o medo de transgredir, ou o medo ou ódio contra quaisquer pessoas residem nas fronteiras do gênero. Transfobia pode significar uma causa definida de violência ou uma motivação para a violência (Lamble, 2013) “Socialmente generalizada e acompanhada de crimes de ódio, a transfobia é um componente do genocídio trans no Brasil” (Podestà, 2018, p. 98).

A transfobia, o discurso de ódio e os crimes de ódio são práticas violentas que têm devastado as redes sociais, sendo intensificadas desde 2014. Esse aumento pode ser justificado mediante a crise política, econômica e humanitária que assola a população brasileira desde meados de 2018 de forma mais intensa. Tais práticas caóticas tiveram o seu apogeu com o fenômeno das fakenews e o recorrente uso do trans pânico como forma de alcançar mais seguidores, e muitas vezes, relevância sobre a pejorativização dos grupos, de forma obscura,

nas mídias sociais, angariando adeptos e aproximando grupos antagônicos para a unificação e fortalecimento de uma disputa cissexista (Quadrado; Ferreira, 2020).

Young (2006) afirma que quando existe a criação de bolsões de informação moldada estrategicamente a fim de violentar um grupo específico da sociedade, constrói-se um pensamento, uma ideologia superficial de pluralidade e popularidade de uma pseudo representatividade, o que reverbera na ideia de que há um grande grupo acreditando em uma única ideia e isso a torna potente o suficiente, ao ponto de considerá-la enquanto verdade, e assim, acaba por representar uma visão plural daquela sociedade.

Ou seja, dividir a sociedade em nichos informativos, partindo de concepções de padrões rígidos e inflexíveis de como a classe social, etnia, gênero, orientação sexual, profissão ou orientação política, deve ser seguida, de acordo com uma única forma ditatorial de manter cada um no seu suposto devido lugar, liquidifica as relações na sua potencialidade coletiva e fragiliza os laços que poderiam ser construídos de individuo a indivíduo, favorecendo segmentações e cenários de violências (Bauman, 2014).

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser ('esse') é um ser-percebido, tem como efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, isto é, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. (Bourdieu, 2002, p. 82).

Sobre a dominação masculina reverbera também em relação as mulheres trans. Em decorrência da incidência de ações e posições intolerantes na rede, também houve um aumento na incidência de crimes de ódio, muitos, na forma de discurso do ódio, principalmente em relação ao corpo trans, haja vista a facilidade com a qual é possível agredir e gozar com o ato de violentar alguém que nem, se quer conseguirá identificar o agressor, que ainda sairá ilesa pelo fato de poder praticar tal violência no anonimato. Os casos de crimes cibernéticos de ódio são caracterizados, em primazia, pelo ataque principalmente às minorias na forma de misoginia, xenofobia, transfobia, racismo, homofobia, intolerância religiosa, dentre outras. De fato, é nas redes sociais digitais a incidência maior de discursos odiosos.

“O ódio, como relação com o objeto, é mais antigo do que o amor: origina-se da rejeição primária do Eu em relação ao mundo externo, fonte de estímulos desagradáveis.” (Freud, 2011, p. 60). Desse modo, o ódio apresenta-se como sinônimo de aversão e repugnância, trata-se de uma profunda antipatia, ou funciona como uma paixão que é direcionada ao mal do outro a quem se destina, aliado ao amor e à ignorância, para Jacques Lacan, que identificou o ódio como sendo uma das paixões do ser; favoreceu a compreensão de que estas são

caracterizadas, psicanaliticamente, pela suspensão efêmera da barra que separa o significante do significado, e em função dessa separação o sujeito vive as experiências dessas paixões de forma unívoca, haja vista que o que qualifica a paixão é a certeza sobre o que se tem sobre as suas ações e sentimentos. O apaixonado não duvida, não hesita (Dias, 2012).

A partir do exposto, pode-se perceber que ódio e abjeção são vivências entrelaçadas a violência transfóbica experienciada pelo corpo trans, e essa por muitas vezes desencadeia agressões físicas, e parece ter um agravante em relação à violência de gênero como um conjunto, que é o sentimento de abjeção (Jesus, 2014).

Assim, as pessoas transgêneras são destituídas das suas próprias vidas, a partir de si mesmas e do outro, mediante o fato de não se reconhecerem no gênero biologizante, e sofrerem olhares de ódio e desejo partindo desse outro que abjetifica a sua existência. A partir do simbólico, a violência física se concretiza como uma reverberação material da violência de gênero, que rompe a integridade física, psíquica e social dos sujeitos trans, na maioria das vezes em que é manifestada, provocando dor e sofrimento (Barbosa, 2013). As ideologias que sustentam o discurso de ódio estão projetadas e enodadas no tecido social, determinando o modo de agir de certos grupos da sociedade, organizados ou não. Dessa forma, o afeto “ódio” se materializa por meio da linguagem, inserindo-se na forma de um conjunto de valores, no registro simbólico que dita tanto as relações entre os sujeitos quanto aquilo que cada um se percebe capaz de tolerar (Rosa, 2020).

O ódio, no tecido social, é perpetrado como mediador dos pactos que constituem identificações narcísicas, trazendo à tona o que há de mais primário no aparelho psíquico, o que, de certa forma, clarifica a existência longínqua dos discursos de ódio na história brasileira, enaltecedo um excesso de identificação com semelhanças, bem como um excesso, em paradoxo, de estranhamento das diferenças. Através desses pactos, os grupos se identificam mediante convergências ou divergências ideológicas e proliferam a evaporação das representatividades que obedecem aos ideais normativos, culturais e religiosos, e que assim passam a ser segregados, evaporados ou até mesmo extermínados, quando ameaçam as fantasias e os imaginários destes grupos (Soler, 2022).

Assim, quando se fala do “não-dito” reverberado diversas vezes e algoritmizado em inúmeras buscas, repete-se a devastação do que estava na instância do mais-de-gozar, e segregar o que se desejava em ato, que antes era um espaço vazio, provocado pela evaporação. Esses fenômenos recheados pela cobertura da intolerância ocupam o cenário da estranheza, que Lacan (1967) situa em um lugar mais íntimo do gozo: “é esse gozo estranho, gozo mais íntimo, porém

opaco a uma explicitação pela linguagem, que frequentemente é atribuído ao outro, que passa a ser tomado como inimigo mortal”. O resultado disso é a produção de “campos de concentração de gozo”, onde sujeitos tornados iguais recusam a segregação estrutural, recusando também a singularidade dos ditos diferentes e a-normais.

O Instagram é uma rede social digital criada em 2010 por Kevin Systrom e Mike Krieger, inicialmente voltada para o compartilhamento de fotografias em dispositivos móveis. Atualmente pertencente à empresa Meta Platforms Inc. (antigo Facebook Inc.), a plataforma expandiu suas funcionalidades para vídeos curtos, transmissões ao vivo, mensagens privadas e recursos interativos, tornando-se um dos principais espaços de sociabilidade online no século XXI. De acordo com Castells (2003), as redes digitais configuram-se como estruturas em que a comunicação é mediada por algoritmos e fluxos de informação em tempo real, o que implica transformações significativas na forma como os indivíduos constroem identidades e estabelecem vínculos sociais. Nesse sentido, o Instagram não deve ser compreendido apenas como um espaço de entretenimento, mas como um campo discursivo em que narrativas, representações e disputas simbólicas são produzidas, circulam e adquirem visibilidade pública. Assim, a plataforma atua tanto como meio de expressão individual e coletiva quanto como arena de exclusão, em que discursos de ódio e práticas discriminatórias encontram terreno fértil para sua propagação (Recuero, 2014).

No Instagram e em tantas outras plataformas virtuais organizadas pelo gozo, esta moralidade cai por terra e o ódio dissemina o seu poder a céu aberto, primordialmente quando o sujeito atua em grupos protegidos pelos discursos religiosos e estão protegidos pela obscuridade do virtual, longe do “olho a olho, corpo a corpo”, e assim o real se constitui como aquilo que escapa à simbolização e nos falta com o contato presencial com o outro. “Ou seja, há no ódio algo de estrutural que não cessa de não se escrever” (Lacan, 1975, p. 305).

Os assassinatos contra as travestis, as mulheres trans e as mulheres transexuais negras têm alcançado o topo da violência de gênero no Brasil, em ato, bem como no meio virtual com o imperativo das discursividades às escuras. Dados apresentados no relatório sobre violência contra populações vulneráveis apontam que mulheres trans negras são as maiores vítimas do transfeminicídio e do racismo no país. Foram registradas 76.478 notificações de violência, das quais 12.749 fichas (16,7%), destas 2,7% fizeram-se presentes, nos discursos de ódio no Instagram, em meados de 2021, o restante pertence ao somatório das vítimas autodeclaradas negras no cotidiano da vida Real. Dentro deste recorte, as mulheres transexuais foram as mais afetadas, correspondendo a 70% das notificações em geral e a 47,1% das vítimas reincidentes.

Dentre as motivações registradas pelas vítimas, o sexismo foi apontado por 801 mulheres trans negras como a causa da violência (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021).

Nesse sentido, as hashtags, as cerquilhas e os algorítmicos, que possibilitaram o curso desta pesquisa, na terra do ódio camuflado de amor, onde o insuportável da vida Real, passa a inflar a existência eficaz da vida imaginária, que simbolicamente torna-se possível ser experienciada no universo paralelo da virtualidade, na matriz do mundo social das telas, que é o Instagram; a exploração, a busca, a coleta dos dados que lá se apresentaram antes e depois da incidência da Lei na Terra da realização dos desejos reprimidos, levou a três indicadores: 1) Os discursos apresentados no Instagram, direcionados às pessoas trans, possuem um caráter coletivo e passam a incorporar um corpo simbólico, a partir do momento que a discagem repetitiva de algoritmos levam às identificações parciais de grupos que comungam das mesmas concepções de ódio mascarado de amor; 2) Os efeitos emergentes do ódio e da abjeção dissipados no Instagram e direcionados às pessoas transexuais e travestis, apontam advir das emancipações políticas e doutrinárias que foram manifestadas com mais força e vigor, a partir de 2018, período em que, segundo o relatório de violência do Antra de 2019, mostrou o momento de maior crescimento em relação aos anos anteriores e 3) O fenômeno da transfobia que era vivenciado nas redes sociais até a campanha eleitoral de 2021-2022 sofreu uma incisão da Lei do Racismo (Lei 7.716/89), bem como o corte decretado pelo Ministério Público, ancorado na Lei 12.965 (Marco Civil da Internet). A partir desse marco, discursos transfóbicos evidenciados por meio do ódio e da abjeção foram excluídos das redes sociais, sobretudo do Instagram, modificando o cenário de circulação do conteúdo analisado.

Esses indicadores podem ser ilustrados por diferentes exemplos empíricos. No primeiro caso, destacam-se as discursividades visualizadas em falas de grupos religiosos e culturais, como a exposição proferida pelo Papa Francisco, ou ainda a fala da artista Pepita, que mostrou como o medo de ser quem se é, e de expressar a própria sexualidade em público, favorece a exclusão social e familiar. O segundo indicador pode ser observado na verbalização do vereador Thammy Miranda, que, ao publicar uma mensagem de conscientização sobre a função paterna no Dia dos Pais, recebeu ataques transfóbicos em sua rede (Meira; Antunes; Oliveira, 2023), assim como no episódio vivido pela artista Jazi, de uma escola de samba de São Paulo, que foi alvo de assédio transfóbico e posteriormente atacada nas redes sociais ao relatar o caso. Já o terceiro indicador ficou evidente no período eleitoral de 2022, quando as determinações legais resultaram na exclusão de publicações transfóbicas do Instagram, Facebook e Twitter. Essa exclusão, embora tenha representado um avanço legal, gerou também efeitos inesperados para

a pesquisa, como a dificuldade de acesso a registros das manifestações discursivas violentas, antes amplamente disponíveis e agora apagadas.

Embora a incisão da Lei 12.965 tenha reinado sobre o desenvolvimento dos resultados desta pesquisa e nas vidas das pessoas transexuais e travestis, bem como na linguagem e na constituição dos seus corpos, não deve ser esquecido que a segregação, enquanto um dos modos de operação das práticas e discursos sociais, atrelada com a exclusão, muitas vezes, ainda é um efeito, em massa, sofrido por estas vidas abjetas, uma vez que nesse campo dos discursos sociais e políticos a segregação se apresenta não como um conceito, para a Psicanálise, mas como uma anunciação de um Real vivenciado a partir do que se configura em guetos, em massa, que é exatamente o que diz o significado do termo em latim *grex*, gregário – ou seja, a vida em rebanho para membros da mesma espécie – e corresponde ao fato da separação no que é dado como gregário (Askofaré, 2009).

Embora, uma comunidade seja diferente da outra, há sempre a questão da separação, que não é apenas sobre excluir, internamente, um elemento do conjunto do rebanho, que é a outra noção representada no ato de segregar, vai muito mais além do que uma exclusão, trate-se de uma constituição totêmica daí que “toda afirmação individual ou coletiva de identidade, qualquer que seja sua natureza ou forma, é segregativa” (Benslama, 2016, p. 11, tradução nossa).

Em outras palavras, uma afirmação individualmente desenvolvida, mas emanada em grupo, alcança o lugar de ideal de um líder e quando é disseminada de forma repetitiva e traduzida pela picada dos algoritmos que circunscrevem o ódio em abjeção, fomenta a teia da comunicação em rede, assim mensagens anônimas não só passam a ser vistas dentro do âmbito discursivo da verdade, como excluem quem se comporta de modo distinto às emanações realizadas naquele celeiro, ganhando ainda mais seguidores. Nas massas tradicionais, o lugar do líder e a veiculação de sua mensagem se sustenta publicamente, em presença, ou seja, no discurso construído pela verdade Imaginária e atenuada como Real, assim doma-se diversas formas de gozo, “produzindo uma uniformização do gozo a ser vendido como ideal, mas parece adequar-se ao estilo do discurso normativo” (Rinaldi, 2021, p.11).

Este Ideal caído, se é que pode ser chamado dessa forma, é vivenciado no contexto da segregação, com os corpos trans-viados, quando os discursos de ódio tomaram uma proporção considerável nas redes, elegeram seus líderes, tornando o Instagram e as demais redes sociais, ambientes propício à abjeção, à separação, às identificações odiosas, como também ao surgimento de uma semântica política niilista, “que permeia esse discurso como aquele que

sustenta a violência e até mesmo o extermínio do outro, simplesmente por ser ele o outro (Santos; Gomes, 2013, p. 32).

Cada sujeito que vive essa agressividade em seu corpo, fora da fôrma da normatividade, vivencia a segregação na pele, engendrada pelo discurso que produz categorizações e massas distintas, formadas pelas identificações com as formas de organizar manifestações de ódio no constructo da subjetividade da coletividade das redes, e cada seguidor ou usuário que resiste a ir contra esta maré abjeta, ocupa o lugar do excremento, um espaço que pertence à diferença, e ela está fora do que é comum e frequente. Por isso, “a segregação é uma problemática social e clínica, como propõe Assoun (*apud* Ferreyra, 2016, p. 98), caminhando para uma “clínica social da segregação”.

A partir do exposto, é imprescindível ressaltar que segregação, discriminação e exclusão não ocupam o mesmo conceito. São concepções distintas “a gente pode estar incluída em um grupo e, mesmo assim, submeter-se a tratamentos diferenciados e excludentes” (Benslama, 2016, p. 12, tradução nossa). Haja vista que a segregação apenas acontece no palco das constituições da civilização científica – ou tecnocientífica – “na qual a universalização não passa pelo significante mestre, senão pelas leis do mercado”, “por um dever que não o da proliferação dos valores dos ideais, mas um dever real do manejo dos meios econômicos” (Soler, 1998, p. 45).

Para Soler (1998, p. 47) a universalização, como estrutura e fundamentação da repetição de um comportamento, é o que diferencia a segregação da discriminação, sendo que ambas coexistem em sociedade, porém ao passo que a primeira separa um lugar que atribui mais valia e singularidade ao líder, ao senhor do discurso; a outra “implica uma distinção que põe em relevo a diferença entre um e outro pela via dos benefícios (ou falta deles) e das classes; no entanto, há a manutenção da convivência no mesmo espaço, a lógica do viver com”.

Esta coabitacão fala de um lugar cartográfico, mas que se modifica ao longo do tempo à medida que os discursos vão sendo introjetados no laço social. Assim, a segregação, em Psicanálise, “é o princípio mesmo dos discursos que estruturam os laços humanos e todas as organizações sociais se sustentam nessa segregação fundamental e estrutural mediante a qual são constituídas”, separando-se e constituindo-se nas mesmas vivências estruturais dos espaços ocupados pelas discursividades. Já a discriminação é um espaço social e não identitário. Tal ocupação a distingue da segregação pelo fato de produzir outros efeitos na singularidade do sujeito que é discriminado. Ele não é agredido apenas pelo discurso, está para além de. Ele é

atravessado pela violação de não pertencer, nem ser digno de alcançar o espaço de quem porta o poder, a liderança (Kristeva, 1994).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode-se inferir a partir dos resultados coletados e analisados, que o corpo transexual e travesti, por desviar das normatividades hegemônicas no laço social, são segregados, discriminados, abjetificados, odiados e excluídos. Pois, o excluído é invisível, não há inscrição ou representação para ele no âmbito social, passando por um processo de empobrecimento estrutural e funcional, pelo fato de conduzir a sua constituição subjetiva, corporal e identitária, a partir das projeções tecidas pela violência imposta pelo inimigo que denega o olhar para o outro que ocupa e incorpora o lugar da diferença (Viñar, 2012).

Ser uma travesti ou transexual, nesse universo de diversidades, que é o Brasil, é estar sempre a mercê de uma constituição subjetiva ambígua, uma vez que o olhar do Outro sempre apontará para o que escapa, o que atravessa, o que perfura o espaço da norma. Assim, recusar esse ideal, que está amparado e extremamente fixado nas esferas da perfeição, da completude ou ainda da justiça distributiva do gozo, é pagar preços altíssimos, com juros diários e coercitivos, para ser quem se deseja ser (Pestre, 2016).

Então, fazer ato com uma escuta clínica de qualidade, ancorando-se nos saberes e nas técnicas psicanalíticas, ainda é um caminho louvável a ser seguido, e porque não dizer esperançoso, pois se em análise destrói-se o que anda em construção ou até mesmo já ocupa a instância da verdade, trata-se de um percurso interessante, porque este está do lado do não-todo e aponta para uma (re)sistência que precisa estar sempre com o desejo de (re)incidir, transcendendo a couraça da normatividade e das violências (Quinet, 2018).

Complementando esse cenário, cabe ressaltar que os discursos de ódio no Instagram não apenas reproduzem a violência simbólica, mas também se articulam a um contexto mais amplo de segregação política, cultural e religiosa, que legitima a marginalização das identidades trans. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa evidenciam que o ambiente virtual funciona como um espelho das tensões sociais, onde a abjeção se atualiza e é amplificada pelos algoritmos, tornando-se uma prática coletiva que reforça a lógica cissexista. Ao mesmo tempo, a exclusão digital de discursos transfóbicos, motivada por marcos legais como o Marco Civil da Internet e a Lei do Racismo, demonstra que o enfrentamento jurídico pode produzir efeitos concretos na contenção do ódio, ainda que insuficientes diante da complexidade do fenômeno.

Por outro lado, a investigação também aponta para a importância das estratégias de resistência e contra-discurso, protagonizadas por pessoas e coletivos trans que utilizam a mesma plataforma para afirmar suas existências e disputar narrativas. Esses movimentos de visibilidade demonstram que, mesmo diante da abjeção, há possibilidade de criar espaços de acolhimento e empoderamento, capazes de subverter o olhar normativo e instaurar novas formas de reconhecimento social. Assim, as considerações aqui apresentadas não encerram o debate, mas convidam à continuidade das pesquisas e das práticas sociais que busquem compreender e enfrentar a transfobia em seus diferentes níveis — discursivo, simbólico e material — contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKER, G. M. Transphobia among students majoring in the helping professions. **Journal of Homosexuality**, v. 64, n. 14, p. 2011-2029, 2017.
- ASKOFARÉ, S. Aspectos da segregação. A Peste, **Revistas PUC-SP**, v. 1, n. 2, p. 345-354, 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/6287/462>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BAUMAN, Z. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar Barbosa, 2014.
- BRASIL. **Lei 7.716/89**: Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 21 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei 12.965**: Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 21 ago. 2025.
- BENSLAMA, F. L'avenir de la ségrégation. **Cliniques Méditerranéennes**. v. 94, p. 9-19, 2016.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, M. "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não-binário". **Cadernus Pagu**, v. 52, e185211, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- DIAS, M. M. **Os ódios:** Clínica e política do psicanalista. São Paulo. Franco & Cicillini, 2012.
- FERREYRA, A. Reseña de evento: Tercer Coloquio Internacional “La segregación a la orden del día: Salud, educación y territorios”, París, 4 de diciembre de 2016. **INFEIES – RM**, v. 5, n. 5. Disponible em: <http://www.infeies.com.ar/numero5/bajar/R.2.Ferreyra.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BENSLAMA, F. L’avenir de la ségrégation. **Cliniques Méditerranéennes**. v. 94, p. 9-19, 2016.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, p. 101-123, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/JaquelineJesus/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odo_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio/links/55e1f2bc08ae0b573220f4/Transfobia-e-crimes-de-odio-Assassinatos-de-pessoas-transgenerocomogenocidio.pdf. Junqueira. Acesso em: 19 nov. 2022.
- JUNQUEIRA, R. D. Ideologia de Gênero: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença Digital**, v. 32, p. 1-22, 2019.
- LACAN, Jacques. **Escritos.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. **O Seminário, livro XXII:** R.S.I. Tradução publicada em 2022. Lamble, 1975.
- LECHTE, J., KRISTEVA, J. **Uma introdução geral, útil para situar a semiótica de Kristeva em seu contexto linguístico.** London e Nova York: Routledge, 1990.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MEIRA, Jamylle de Sousa; ANTUNES, Deborah Christina; OLIVEIRA, Inês Falcão Nogueira de. Transfobia, linchamento virtual e o pensamento antidemocrático no Twitter. **Psicologia & Sociedade**, 2023. Disponível em: <https://busqueda.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1507263>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- PODESTÁ, L. L. de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 11, p. 363-380, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>. Pestre, 2016. Acesso em: 04 out. 2022.
- QUADRADO, J. C.; FERREIRA, E. S. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis** [online], v. 23, n. 3, p. 419-428, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419Quinet,2018Rosa,2020>. Acesso em: 04 out. 2022.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- RINALDI, D. Psicologia das massas, mais ainda: Fraternidade, ódio e segregação. **Trivium Estudos Interdisciplinares** [online], v.13, março, p. 56-62, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912021000100009. Acesso em: 17 nov. 2025.
- SOLER, C. **Outros afetos.** São Paulo: Aller, 2022.

SPINK, Mary Jane P. (org.). **Métodos de pesquisa em Psicologia Social:** diários, entrevistas, interações e documentos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. **Regimento.** Porto Alegre: UFRS, 2021.

VIÑAR, M.. Humano - inumano: Os limites do humano. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v.43 n.78, jun., 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352010000100014. Acesso em: 17 nov. 2025.

YOUNG, I. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova Revista**, v 1, n. 67, p. 139-190, jan., 2006 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240972225_Representacao_politica_identidade_e_minorias. Acesso em: 17 nov. 2025.